



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000530-39.2023.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DA ENGENHARIA - ASSENGE.

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia ou profissional de engenharia, devidamente habilitado, para elaboração de laudo de avaliação de imóveis pertencentes a este Tribunal.

**DESPACHO Nº 1092 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Engenharia - ASSENGE, objetivando a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia ou profissional de engenharia, devidamente habilitado, para elaboração de laudos de avaliação de imóveis pertencentes a este Egrégio Tribunal ([0989594](#)).

Para instruir os autos, carreu-se a Documento de Formalização da Demanda ([1000639](#)); as versões finais relativas à informação conclusiva sobre o valor estimado ([1035956](#)) e do Termo de Referência ([1051770](#)), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

A unidade demandante justifica a contratação tendo em vista previsão normativa acerca da necessidade de efetuar avaliação técnica para estimativa de valor de mercado dos imóveis pertencentes a Justiça Eleitoral de Rondônia que não se encontram cadastrados junto ao Sistema de Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNET) e que como um dos requisitos para o cadastramento se faz necessário a realização de avaliações dos referidos imóveis seguindo toda a metodologia disciplinada pela Secretaria do Patrimônio da União, atividade para a qual este Tribunal não detém profissionais com especialização técnica para realizar tal demanda, conforme se depreende da leitura dos item 3 e 4 do Termo de Referência n. 8/2023 juntado ao evento n. [1051770](#).

O valor total da contratação foi estimado em R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais), valor obtido a partir de cotação de preços, pesquisa de mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados no formulário informação conclusiva do valor estimado da contratação (ICVEC) juntado ao evento n. [1035956](#).

Apesar de serem consultadas 05 (cinco) empresas, apenas 02 (duas) apresentaram suas propostas e comprovaram as exigências de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

habilitação exigidas na legislação de regência, o que reflete as dificuldades encontradas pelo Tribunal ante a limitação de fornecedores, situação justificada na presente contratação, o que encontra suporte na forma do Acórdão TCU n. 1266/2011 - Plenário.

Carreou-se aos presentes autos os documentos da empresa Sierra Engenharia e Consultoria LTDA, empresa ofertante do menor preço, demonstrando sua habilitação jurídica ([1048900](#)); fiscal, trabalhista e econômico-financeira ([1048900/1060170](#)) e técnica ([1048900](#)), remetendo-se os autos à SAOFC que exarou comando às unidades competentes para prosseguimento do processamento do feito ([1052273](#)).

A SPOF formalizou ajuste na programação orçamentária inicial ([1032616](#)) ao novo valor da cotação vencedora de R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais) conforme se extrai das informações constantes do evento n. [1061369](#).

A SAC efetuou análise dos documentos que instruem a fase de planejamento do presente procedimento, concluindo previamente pela regularidade dos elementos contidos no processo com as normas gerais de contratações estabelecidas ([1032234](#)) e, após a operacionalização de diligências, registrou que as alterações na INFORMAÇÃO CONCLUSIVA VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (ICVEC), evento [1035956](#) e no **TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – Nº 08/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE**, evento ([1051770](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelo art. 75, inciso I, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 31, inciso II, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação.

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 198/2023 ([1060280](#)), opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, I, da Lei nº 14.133/21, da empresa **Sierra Engenharia e Consultoria Ltda** - CNPJ n. 08.953.369/0001-20, e pela aprovação do **Termo de Referência n. 08/2023** ([1051770](#)). Por fim, registrou ser desnecessária a publicação do ato de dispensa da presente contratação direta na imprensa oficial, tendo em vista o valor da contratação situar-se abaixo do patamar da dispensa legal, devendo haver sua divulgação do extrato da nota de empenho e ato autorizativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do **Estudo Técnico Preliminar n. 1/2023 – ASSENGE** (evento



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. [1010825](#)) e do TR n. 8/2023 - ASSENGE (evento n. [1051770](#)); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([1035956](#)); pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; **Contratação direta da empresa Sierra Engenharia e Consultoria Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.953.369/0001-20; e pela publicação do ato de dispensa no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade, bem como no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **sítio eletrônico oficial do TRE-RO**, conforme item 28 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 ([1061456](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

O caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso I do artigo 75, assim estabelece:

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; ([Vide Decreto nº 10.922, de 2021](#)) — ([Vigência](#)) ([Vide Decreto nº 11.317, de 2022](#)) [Vigência](#)

Dessa feita, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda (R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais)) não supera o limite legal permitido no art. 75, I, atualizado a partir de 1º de janeiro de 2023 para a cifra de R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos) (Decreto n. 11.317, de 29 de Dezembro de 2022).

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Documento de Formalização da Demanda), Estimativa da despesa e TR/PB, todos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acostados aos autos nos eventos n. [1000639](#), [1035956](#) e [1051770](#), facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência dos documentos, optando pela elaboração de Estudo Técnico Preliminar conforme se verifica com sua juntada ao evento n. [1010825](#).

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tipos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, dentre elas: a) a **razão da escolha do fornecedor** (consulta direta aos fornecedores potenciais comprovada no processo); e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021** - a partir da juntada do documento denominado Informação Conclusiva do Valor Estimado - evento [1035956](#)).

Dessa feita, resta atendidos requisitos de natureza obrigatória para todas as contratações públicas, isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Dessa forma, levando em consideração os valores praticados no mercado, resta justificada a escolha da empresa **Sierra Engenharia e Consultoria Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.953.369/0001-20, tendo em vista o preço ofertado o menor valor entre os cotados (R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais)).

No caso sob análise, a empresa escolhida apresenta habilitação jurídica ([1048900](#)); fiscal, trabalhista e econômico-financeira ([1048900/1060170](#)) e técnica ([1048900](#)), restando-se atendidos os requisitos de regularidade exigidos na legislação de regência a serem observados pela Administração.

Desse modo, pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que resta devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a aferição dos preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

às contratações diretas, de modo que restam cumpridos as exigências previstas na lei 14.133/2021.

Some-se a isso haver justificativa para a contratação pretendida, que busca efetuar avaliação técnica para estimativa de valor de mercado dos imóveis pertencentes a Justiça Eleitoral de Rondônia que não se encontram cadastrados junto ao Sistema de Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNET), atividade para a qual este Tribunal não detém profissionais com especialização técnica para realizar tal demanda, conforme se depreende da leitura dos item 3 e 4 do Termo de Referência n. 8/2023 juntado ao evento n. [1051770](#)

Verifica-se, ainda, que nos termos do item 6.1 do TR ([1051770](#)), unidade solicitante opinou pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental na estipulação de que pela natureza do objeto pretendido, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6ª da referida Instrução Normativa, relativas ao uso de produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, fornecimentos aos empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários e respeito às normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Registra-se que o contrato será substituído por Nota de Empenho de Despesa, com fulcro no artigo 95, inciso II, da Lei n. 14.333/21, tendo em vista a justificativa trazida pela unidade demandante de que já contratou empresa especializada para elaboração de laudos de avaliação ([0003703-42.2021.6.22.8000](#)), adotando-se essa mesma metodologia em virtude da baixa complexidade da contratação, de forma que a nota de empenho é preferível ao contrato pela simplicidade, agilidade, economia de recursos, redução de burocracia e prazos bem definidos no Projeto Básico, otimizando a gestão e focando na execução eficiente do projeto ([1055851](#)), nos termos descritos no subitem 7.1.2 do TR - 1051770.

Por fim, no que diz respeito a questão da verificação da ocorrência de eventual **fracionamento indevido de despesa**, nos termos como bem registrados nos itens 22 a 29 do parecer da AJSAOFC (1060280), verifica-se que o quadro juntado no evento ([1050075](#)) não indica qualquer outra contratação anterior no exercício corrente de serviços de engenharia, registrando-se que para a aferição de eventual fracionamento se utilizará a atual regulamentação no âmbito deste órgão, definida pelo **§ 2º do art. 29 da instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022** ([0917187](#)), ao menos enquanto o novo critério





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inaugurado pela IN SEGES/MGI n. 8/2023 não estiver melhor explicitado pela doutrina especializada, tendo em relevo o registro de que o melhor caminho será garantir a objetividade da análise, o que pode ser feita pela consulta à subclasse do CNAE.

Pelo exposto, com amparo nas atribuições conferidas pela Portaria GP n. 66/2018, bem como nos documentos e nas informações constantes nos autos:

1 - **aprovo** o Estudo Técnico Preliminar n. 1/2023 – ASSENGE (evento n. [1010825](#)) e o Termo de Referência n. 8/2023 ([1051770](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - **aprovo** o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva, de evento n. [1035956](#), em cumprimento ao [item 40 do Anexo da Portaria 57/2023/CNJ](#), [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 - **autorizo** a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor, com fundamento** no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021;

4 - **adjudico** o objeto à empresa **Sierra Engenharia e Consultoria Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.953.369/0001-20, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de **R\$ 29.490,00** (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais), por ter apresentado a melhor proposta e estar apta a contratar com a Administração Pública; e

5 - **Determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 20/09/2023, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1062178** e o código CRC **9529AA30**.